



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

COMISSÃO ESPECIAL - PEC 015/15 - TORNA PERMANENTE O FUNDEB/EDUCAÇÃO			
EVENTO: Reunião Ordinária/Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 0742/17	DATA: 20/06/2017	
LOCAL: Plenário 12 das Comissões	INÍCIO: 10h33min	TÉRMINO: 11h47min	PÁGINAS: 25

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

LISETE REGINA GOMES ARELARO - Presidente da Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação — FINEDUCA.
REBECA OTERO - Coordenadora de Educação da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura — UNESCO.

SUMÁRIO

Debate sobre o tema Fontes de Financiamento para Educação com Qualidade e Equidade: análise da Proposta de Emenda à Constituição nº 15, de 2015, e sugestões para o aprimoramento de seu texto. Deliberação de requerimentos.

OBSERVAÇÕES

Houve intervenção inaudível.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Thiago Peixoto) - Havendo número regimental, declaro aberta a 13^a Reunião da Comissão Especial destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 15-A, de 2015, que torna permanente o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação — FUNDEB/Educação.

Encontra-se à disposição dos membros desta Comissão cópia da ata da 12^a Reunião, realizada em 13 de junho de 2017. Indago se algum membro deseja retificar a ata. (Pausa.)

Não havendo quem queira retificar a ata, coloco-a em votação.

Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada a ata.

Comunico que estão disponíveis para V.Exas. listas com a sinopse do expediente recebido.

A Ordem do Dia de hoje prevê a realização de audiência pública e deliberação de requerimentos.

Vamos dar início, então, à audiência pública, convidando para tomar assento à mesa a Sra. Lisete Regina Gomes Arelaro, Presidente da Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação — FINEDUCA; e a Sra. Rebeca Otero, Coordenadora de Educação da UNESCO.

Informo que o representante do Comitê Nacional dos Secretários de Fazenda dos Estados e do Distrito Federal não pôde comparecer a esta audiência.

Informo também que esta audiência atende aos Requerimentos nºs 2 e 6, de 2016, da Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, subscritos pela Deputada Raquel Muniz, e tem como tema *Fontes de Financiamento para Educação com Qualidade e Equidade: análise da PEC nº 15, de 2015, e sugestões para o aprimoramento de seu texto*.

Vamos dar início às exposições. Passo a palavra, por 20 minutos, à Sra. Lisete Regina Gomes Arelaro, Presidente da Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação — FINEDUCA.

A SRA. LISETE REGINA GOMES ARELARO - Bom dia a todos e a todas!



Agradeço ao Deputado Thiago Peixoto o convite, a oportunidade de a nossa entidade estar aqui presente e fazer as suas ponderações sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 15, de 2015.

Em primeiro lugar, quero explicar que, hoje, vou falar mais em meu nome, como estudiosa da questão do financiamento, do que em nome da entidade, como Presidente dela, uma vez que a nossa reunião nacional acontecerá nos dias 24 e 25 de agosto em Natal — todo mundo já está convidado —, e um dos temas dessa reunião é exatamente o debate sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação — FUNDEB.

Então, hoje, não estarei aqui colocando em discussão a posição da Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação — FINEDUCA, mas, a partir do dia 26 de agosto, nos oferecemos para encaminharmos um documento ou sermos novamente convidados para um debate com a nossa posição oficial. Nós temos um grupo de trabalho em funcionamento. A complexidade dos dados e a complexidade dessa discussão exigem de nós um pouco mais de tempo.

Eu quero fazer algumas considerações iniciais.

A primeira é que nós vamos discutir essa PEC tendo nos ombros essa nuvem cinzenta chamada de Emenda Constitucional nº 95, de 2016, a chamada Emenda Constitucional do Fim do Mundo, que estabeleceu um novo regime fiscal, ineditamente, para os próximos 20 anos.

Lembro que foi uma surpresa para qualquer brasileiro que trabalhe com financiamento a aprovação dessa emenda, com esse prazo, uma vez que não existe no mundo ocidental nenhuma experiência disso que foi proposto no Brasil. É uma situação inédita! Temos certa dificuldade até para saber se isso, de fato, tem condição de viger por mais de 10 anos, em qualquer situação no Brasil. É uma legislação que atinge vários aspectos da área de educação e saúde, em especial.

Nós demos entrada a uma ação *amicus curiae*, tentando proteger pelo menos os 18% da educação, que, sabemos, serão comprometidos, apesar das afirmações do Ministro da Fazenda de que não haverá consequências. Eu estou colocando isso como um pressuposto, porque, logicamente, a discussão do FUNDEB está dentro dessa concepção de vinculação.



A segunda é que, nos nossos estudos, em menos de 20 anos, em 12 anos, nós já teremos gasto não mais 18%, mas 10%. Hoje, o debate não é sobre essa questão, mas acho que ele é importante. E ele, realmente, determinará também certas modificações que nós possamos propor e que talvez a Deputada Professora Dorinha possa aceitar como sugestão.

Nós temos muito prazer de participar deste debate e de defender que haja uma proposta que incorpore à Constituição este mecanismo, que começou, em seus primeiros passos, ruim, como o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério — FUNDEF.

Eu fui uma das pessoas que passaram a ser contra a política de fundos pela história que o FUNDEF gerou no Brasil. Como se imaginava, tão logo se aprovou o Fundo, o valor do custo aluno foi historicamente subestimado.

Além disso, naquele momento histórico, eu era Secretária Municipal de Educação. Nos Municípios, há uma responsabilidade com creche e pré-escola, que era, evidentemente, uma necessidade, especialmente para quem é de São Paulo, uma cidade industrial. Logicamente, nós temos um percentual de mulheres que estão no mercado de trabalho, o que exige a cobertura da creche, não só como um direito da criança, mas como o mínimo de consideração ao direito de trabalho da mulher. Nós estamos na fase de pré-direito das crianças.

Nesse sentido, realmente consideramos que o FUNDEB ganhou outra dimensão na medida em que as modalidades de ensino foram incorporadas às diferentes etapas.

Independentemente de outras discussões, acho que há encaminhamentos diferentes do que simplesmente a incorporação do FUNDEB. De fato, eu concordo com a justificativa do projeto de que levaria a uma grande confusão, no mínimo, no Brasil, caso isso não fique de uma vez por todas definitivamente na Constituição.

Em terceiro lugar, quero dizer que nós temos, ao lado dessa proposta, sempre outra dúvida. Nós no Brasil acreditávamos — quem acompanhou toda a discussão do Plano Nacional de Educação — que o Custo Aluno Qualidade Inicial, depois que se conseguiu convencer o Ministério da Educação e o Ministério da Fazenda da importância da sua implantação, já estivesse em condição de entrar em vigor. Estamos em 2017, e ele deveria ter sido iniciado já em 2016, mas não se tem



nenhuma projeção de quando isso vai acontecer. Esses são problemas que obviamente interferem na nossa discussão aqui em relação à PEC 15.

Nós fizemos uma discussão. Evidentemente a nossa primeira sugestão diz respeito ao inciso VI do art. 212 da PEC, em que estão definidos novamente, repetindo o que hoje já acontece, os 10% da complementação da União.

Consideramos que a complementação da União é fundamental. Ela foi o dado novo, que possibilitou efetivamente que uma questão de caráter mais equitativo fosse de fato implantada. Portanto, sabemos hoje que ela é a variável fundamental do FUNDEB, porque, dentro da lógica do FUNDEB — é bom que nos lembremos —, os fundos são estaduais, e, portanto, os Estados mais pobres fazem uma socialização da pobreza. Os poucos mais ricos, como São Paulo, por exemplo, onde eu moro, faz mais ou menos o equitativo, porque as diferenças, as desigualdades regionais são significativas no País.

Nós temos que lembrar que, de fato, somos o quinto, sexto ou sétimo País mais avançado do mundo do ponto de vista do nosso PIB. No entanto, somos um dos mais desiguais do mundo. Isso, na hora de discutir o FUNDEB, pesa de maneira especial.

Em relação ao que precisamos e em relação ao que vemos como condição em curto prazo — pensamos realmente em até antes, que isso seja aprovado antes do final do próprio FUNDEB —, estamos propondo que a complementação federal hoje passe a ser de 25%.

Eu quero ressaltar que, se considerarmos, de fato, que o Brasil vai assumir a sua responsabilidade com relação a incorporar a ideia do Custo Aluno Qualidade, teríamos que necessariamente — como apresentamos e estudamos — ter 50% de complementação. Eu sei que o Prof. José Marcelino, que faz parte da Diretoria da FINEDUCA, e mesmo Daniel Cara, pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação, já defenderam isso.

Se implantarmos o CAQ e partirmos para outra concepção, a de que o FUNDEB poderá ser substituído exatamente por uma ideia do Custo Aluno Qualidade, certamente vamos avançar em relação a isso.

Quero dizer que, neste momento, nas contas que nós fizemos, a partir dos dados oficiais disponíveis no Brasil, achamos que um primeiro movimento seria



chegarmos a 25%. Iriamos, de certa forma, de 10 em 10 anos aumentando isso, para que possam ser significativos de fato esses recursos. Essa é a nossa primeira sugestão.

A outra sugestão que eu também gostaria de enfatizar aqui é que o item XI do mesmo artigo, que dispõe sobre o percentual de vinculação, digamos assim, diz que a proporção não pode ser inferior a 60% para pagamento dos profissionais do magistério.

Já é antiga a reivindicação, e nossos dados são muito claros em relação a isso. Na verdade, faz 8 anos que nós temos um observatório de educação, que envolve a participação de 11 Estados do Brasil, que estuda o salário de professor.

Se há uma coisa que realmente nós estamos em dúvida histórica é com o enfrentamento da questão do desamparo, do desalento que hoje significa o salário de professor.

Na ocasião da aprovação do FUNDEB, nós reivindicamos que se passasse para 80%, o que, na verdade, já se gastava. Não atingiremos a meta do Plano Nacional de Educação — é importante isso ser dito — se, de fato, Municípios e Estados não gastarem mais recursos com o pagamento de salários. A maioria deles gasta 60% e nenhum tostão a mais. Portanto, nós precisávamos estimular a discussão sobre essa perda histórica. Lembro que os dados apontam que — o próprio Ministério da Educação admite —, hoje, um professor ganha 65% do que ganha qualquer outro profissional com a mesma titulação que ele. Essa defasagem precisa ser corrigida.

Nós também achamos que a oportunidade dessa alteração na PEC pode dar pelo menos essa folga, estimulando exatamente os Municípios e Estados a gastar até 80%.

Eu gostaria de lembrar que, em geral, os Tribunais de Conta argumentam que, em relação à Lei de Responsabilidade Fiscal — essa é outra discussão que tem que ser feita em curto ou em médio prazo —, muitas vezes não se permite, mesmo o Município tendo disponibilidade, que efetivamente se gaste mais do que 60%, tendo em vista as limitações que a própria lei colocou. Essa é uma reivindicação.



Eu queria dizer que não são apenas 10% dos 5.570 Municípios que não possuem os planos de carreira. É importante que nos lembremos de que, mesmo os que possuem plano de carreira, o possuem do ponto de vista burocrático-formal. Existe uma lei que estabeleceu o plano de carreira, mas não existe realmente o plano em movimento. Não existe realmente esse sistema em muitos Municípios.

Eu coloco isso, porque nós temos que lembrar que discutir municipalização no Brasil, depois do estabelecimento da política de fundos, com o FUNDEF, ficou cada vez mais complicado. A propaganda que foi feita pelo próprio Governo na época dizia: *“Querido Prefeito, quanto mais você municipalizar, mais dinheirinho você vai receber”*. A lógica não era tão direta assim.

Lembro que 70% dos Municípios são considerados pobres e muito pobres. Nós que trabalhamos com financiamento em geral consideramos o Município pobre ou muito pobre pelo estudo do quanto significa, percentualmente, os recursos próprios de que ele dispõe. Por isso, não é por acaso que o Município de Santos é considerado um dos mais ricos. É um Município que conta com 50% de recursos próprios, o que é inédito no Brasil; tem o maior porto; tem petróleo; e é uma estância turística. Tem 500 mil habitantes, e, em janeiro, fevereiro e julho, mais 500 mil, que gastam um dinheirinho no Município. Essa situação ideal logicamente não existe nem em 1% dos Municípios do Brasil.

Sabemos que esta é uma situação necessária. Aliás, a Deputada Raquel Muniz lembrou a questão do piso salarial nacional. Realmente esse é também um problema. Em muitos Municípios do Brasil, o que é piso virou teto. E esta é uma discussão que merece uma atenção especial. Acho, inclusive, que poderíamos ter uma sessão de estudos nesta Comissão, para trazermos os dados e mostrarmos detalhadamente como esta situação é grave no Brasil. Talvez possamos sensibilizar os outros Deputados, porque mudanças se fazem necessárias.

Eu queria fazer quatro ponderações sobre o que estará previsto nas letras “a”, “b”, “c” e “d” do inciso III, que diz: *“A lei disporá”*. Confesso que não sei se tudo pode estar previsto num projeto de emenda constitucional ou se, de fato, tem que ser uma lei ordinária, mas acho que podemos combinar algumas diretrizes gerais que realmente estejam previstas na lei, mas que já sejam negociadas durante a votação



da PEC. Às vezes, nós temos esta situação delicada em que combinamos uma coisa antes, e, quando sai a lei, ela modifica muito daquilo que foi discutido na PEC.

Isso diz respeito exatamente às ponderações quanto ao valor anual por aluno, entre etapas, modalidades, jornadas de educação básica e tipos de estabelecimentos de ensino.

É importante lembrarmos o seguinte: há uma discussão, e ela é nova. Reconhecemos isso. A educação infantil ganha um espaço que nunca teve em nossa história. Hoje, já se reconhece isso. Brincamos que até os economistas consideram que investir na infância é importante para o desenvolvimento do País. Nós educadores acreditamos que investir na infância é valorizá-la pela sua importância. Mas essa questão também pesa.

Nós achamos que a atual proposta realmente desconsidera a necessidade da pré-escola e muito mais da creche, particularmente da creche em tempo integral, reconhecendo que, hoje, no Brasil, pelos dados que nós temos, 37% das famílias já são coordenadas, dirigidas e estão sob a responsabilidade da mulher. Por outro lado — mas é do mesmo lado —, há a mesma tendência do aumento percentual do número de mulheres no mercado de trabalho. Isso vem sendo uma constante, praticamente desde os anos de 1990 até hoje. Portanto, isso também exige outras condições. Vejam bem: esse percentual onera exclusivamente os Municípios.

Se formos olhar o que acontece hoje com a educação indígena, quilombola ou a educação do campo, e os senhores certamente já ouviram, houve uma sessão especial da Comissão de Educação em que o próprio Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra trouxe dados verídicos, a situação é assustadora. Infelizmente, mais de 12 mil escolas do campo foram fechadas. E elas foram fechadas dentro da lógica de economia de recursos: se for levado um maior número de crianças para uma determinada escola, uma escola central, evita-se o pagamento distribuído dessas crianças. No entanto, sabemos que parte dessas crianças, hoje, não está indo à escola, não está na escola, porque depende de um transporte, que é péssimo e, às vezes, insuficiente. Às vezes, há um ônibus pequeno, e, quando ele quebra, não há substituição.



Hoje, no Brasil, de ponta a ponta, os Estados municipalizaram as escolas, a partir do FUNDEF. Portanto, de novo, elas estão sob a responsabilidade municipal. E são escolas, diríamos, onerosas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Thiago Peixoto) - Professora, a senhora tem mais 5 minutos acrescidos ao seu tempo, para poder concluir.

A SRA. LISETE REGINA GOMES ARELARO - Eu vou concluir.

Da mesma forma com relação à educação especial. Eu às vezes não gosto de chamar de “educação inclusiva”, porque “inclusiva” tem que ser para todos. Nós temos que lembrar que a criança com deficiência precisa de um tratamento diferenciado, por isso educação especial. Ela foi privilegiada, porém o custo realmente é muito maior. Só com professores contratados, que teriam que ser em número maior, os Municípios não teriam condições de arcar, para as crianças surdas estarem, de fato, numa sala regular, já que elas não têm nenhuma deficiência que justifique esta situação.

O ensino técnico-profissionalizante tem um custo maior, assim como as escolas em período integral. Essa discussão começou no Brasil, e nós temos um pouco de tudo, inclusive falcatrusas em relação ao que se chama de escola em tempo integral. Se quisermos mesmo uma escola em tempo integral, precisamos levar a sério essa questão.

Em relação à fórmula de cálculo — vou concluir —, nós temos que admitir que ela está subestimada. Veremos qual o custo de um aluno hoje ao comparamos com qualquer escola média que tenha um mínimo de qualidade, que tenha um padrão de qualidade. É muito fácil vermos quanto uma escola privada cobra. Não vamos pegar as escolas que atendem à classe média alta, vamos pegar as que atendam à classe média. Até brincamos que, em São Paulo, o custo mensal é de duas *pizzas*, de boa qualidade, é claro.

Isso gera uma situação delicada, porque o próprio projeto, de certa forma, não estimula a introdução de mais alunos. A cada aluno que entra, na verdade, faz-se a mesma redistribuição, o bolo é o mesmo, que é dividido pelo maior número. Então, não há um estímulo hoje para que Estados e Municípios, de fato, disputem o número de crianças que têm que ir para a escola, porque não haverá aumento do bolo. O bolo é o mesmo, quando pegamos por Estado, a divisão dos Fundos Estaduais.



Sobre a questão de fiscalização e controle interno, eu queria só colocar um problema que nós temos acompanhado no Brasil, de ponta a ponta.

Não adianta termos um conselho de controle e acompanhamento se, depois que ele faz o parecer, não se sabe o que se faz com o parecer. Ele faz o que com o parecer? Nada. Ele é simplesmente arquivado.

Acho importante discutirmos isso nesta Casa. Até estamos, em São Paulo, discutindo um pouco essa questão com o Ministério Público. Quanto às contas do Estado, eles acabaram tendo um veto por parte do Conselho de Acompanhamento estadual, e por uma razão óbvia: São Paulo, apesar de já ter sido alertado pelo Tribunal de Contas do Estado 20 vezes, porque há 20 anos faz isso, continua pagando aposentado, no caso, com as verbas destinadas à manutenção e desenvolvimento do ensino, o que não pode, mas continua fazendo isso.

O que o Conselho faz com o relatório? Nada! Apresenta o relatório, manda para o Tribunal, e o Tribunal escreve para o Governador, dizendo: “*Governador, não faça mais isso*”. Essa situação ocorre há 20 anos.

Nós vamos vincular um encaminhamento ao Ministério Público, alguém que tenha o poder de cobrar de quem não está fazendo. Não adianta dizer que a Prefeitura “x” ou o Governo Estadual “y” não está gastando devidamente, porque isso é um desgaste. Alguns até dizem: “*Eu não vou participar mais, porque fizemos um parecer qualificado, etc., e não tivemos resposta de ninguém, ele foi simplesmente arquivado*”.

Quero lembrar o piso salarial nacional. Achei muito interessante que ele já esteja, de alguma forma, incorporado à lei. Tenho uma sugestão, que é a última ponderação, excluir daqui a palavra “público”. Nós defendemos que o piso salarial nacional tem que ser para todos os professores, sejam eles da rede pública, sejam da rede privada.

Eu queria lembrar particularmente da área de educação infantil, as redes privadas, as entidades comunitárias filantrópicas e as que não são nem tanto. Em São Paulo, hoje, as escolas privadas já estão sendo convidadas e estão recebendo recursos do FUNDEB para atenderem à demanda. Efetivamente, os salários dos professores, se estamos reclamando em âmbito nacional, especialmente nas



creches, chegam a ser vergonhosos. Então, essa é uma sugestão para que, de agora em diante, esse salário possa ser de todos.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Thiago Peixoto) - Obrigado, Profa. Lisete Regina. A senhora vai ter a oportunidade, depois, de falar durante os debates.

Quero registrar as presenças da Deputada Raquel Muniz e do Deputado Paulo Teixeira, que estão nos prestigiando neste momento.

A SRA. DEPUTADA RAQUEL MUNIZ - Sr. Presidente, permita-me a palavra apenas para saudar o Vereador de Unaí Valdir Porto, que está presente hoje nesta Comissão Especial do FUNDEB.

Destaco ainda a presença dos estudantes de Minas Gerais que participaram de uma seleção na Internet e foram escolhidos para o Estágio-Visita, os queridos Marta e Danilo, que tão bem representam Minas Gerais. Lembro que Marta vem das Faculdades Integradas do Norte de Minas — FUNORTE, instituição que eu ajudei a fundar.

Quero ainda dar uma notícia importante a esta Comissão com relação ao FUNDEF. As Prefeituras de Minas Gerais vão receber 500 mil para investir em educação. Os recursos podem entrar nos cofres dos Municípios do norte de Minas e da região do Jequitinhonha graças a um acordo inédito com a Advocacia-Geral da União. Nesse acerto de contas, os Municípios vão receber desde a época do FUNDEF, que virou FUNDEB.

Quero agradecer muito à Profa. Lisete Regina. Solicitamos a ela, porque não foi apresentado em *slide*, todo esse material, para que pudéssemos fazer uso nesta importante Comissão. Espero que a professora continue nos ajudando a aprimorar o FUNDEB. A fala dela, especialmente com relação ao financiamento da educação e à questão do teto e do piso, foi muito importante.

Muito obrigada.

A SRA. LISETE REGINA GOMES ARELARO - Deputada Raquel Muniz, quero apenas dizer que a FINEDUCA está com V.Exa. Vamos apoiar o seu projeto aqui e convencer os eventuais Deputados que sejam contra.

A SRA. DEPUTADA RAQUEL MUNIZ - Muito obrigada.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Thiago Peixoto) - Obrigado, Deputada Raquel Muniz.

Com a palavra, agora, a Sra. Rebeca Otero, Coordenadora de Educação da UNESCO, pelo tempo de 20 minutos.

Obrigado por sua participação e pela sua presença aqui conosco.

A SRA. REBECA OTERO - Obrigada.

Deputado Thiago Peixoto, demais Deputados presentes, senhoras e senhores, meus cumprimentos.

Na condição de representante de um organismo internacional da UNESCO, trago a lembrança dos marcos internacionais dos quais o Brasil é signatário junto à UNESCO, tento fazer uma relação com a questão do financiamento e apresento alguma informação também do financiamento global em educação, chegando ao financiamento do FUNDEB.

A UNESCO, no ano passado, finalizou um relatório mundial de educação, que é o Relatório de Monitoramento Global da Educação. Neste relatório, foi comprovado que as metas acordadas, de 2000 a 2015, não foram atingidas na maior parte dos países. O Brasil é um dos países que não atingiu essas metas.

Apesar disso tudo, o FUNDEB foi destacado, nesse relatório, como uma política interessante, boa e de sucesso.

É importante colocar isso, porque, no âmbito internacional, o FUNDEB se colocou como um exemplo em especial para os países da América Latina.

Independentemente disso, como não tínhamos uma meta mundial para os países em termos de financiamento da educação, esse foi um grande fator que impediu os países de alcançarem todas essas metas que nós tínhamos acordado. E não eram metas muito ousadas: era a universalização da educação primária, ou seja, dos cinco primeiros anos — no caso do Brasil, essa foi a única que conseguimos alcançar —; a equidade de gênero; a melhoria da qualidade; a redução do analfabetismo. Então, eram metas básicas, porque a UNESCO trabalha com uma gama enorme de países.

O fator financiamento foi crucial para o não alcance dessas metas, porque, como não tinha sido acordado pelos países pelo menos um patamar mínimo de financiamento, muitos não investiram o que deveriam ter investido.



Essas lacunas de financiamento ocorreram. Além disso, nós também tivemos um baixo financiamento privado, no campo da educação, em apoio aos países em desenvolvimento. Esses foram fatos constatados pelo relatório da UNESCO.

A partir da finalização, em 2015, do Educação para Todos, novas metas foram acordadas pelos países, inclusive pelo Brasil. Foi assinada uma declaração, na Coreia do Sul, em Incheon, em 2015, em que o Brasil acordou novamente, com um marco de ação em educação.

Além disso, na Assembleia Geral das Nações Unidas, foram acordados os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Nestes Objetivos de Desenvolvimento Sustentável nós temos um objetivo específico de educação: o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4.

Este Objetivo 4 diz: *“Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos”*.

O Brasil se comprometeu com isso. Então, para nós termos uma educação equitativa de qualidade e inclusiva de qual financiamento vamos precisar?

Os técnicos queriam incluir, nessas metas do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4, uma meta de financiamento. No entanto, não houve acordo, porque é muito complicado quando se fala em vários países. Como não houve acordo, criou-se uma comissão internacional de financiamento da educação, com o objetivo de revigorar as necessidades de se investir na educação, traçar o caminho para aumentar o investimento e desenvolver o potencial de todos os países, no sentido de aprimorar as questões relacionadas com o financiamento.

Essas metas da nova Agenda 2030 não são muito diferentes das metas acordadas anteriormente. No entanto, a agenda inclui algumas metas, digamos, de implementação que dizem respeito às questões da formação docente e da infraestrutura, em especial, no caso da educação básica. Então, é necessário que se trabalhem muito as questões da infraestrutura e da formação, da qualificação e da carreira docente.

Além disso, ela coloca que a educação básica deve ser gratuita. É o acordo no Brasil. E, como disse a professora, no Município da Cidade Ocidental, por exemplo, 100% da educação infantil é focada em escolas privadas, mesmo que



subsidiada pelo FUNDEB. Isso é uma distorção. Temos que ver como realmente vamos viabilizar que essa educação seja gratuita, pelo menos nos 12 anos de educação básica. E, para isso, nós vamos precisar de um financiamento adequado.

E esse financiamento tem que ser inclusivo, equitativo, de modo a enfrentar todas as formas de exclusão, de marginalização do sistema e as disparidades na igualdade do acesso. Então, por exemplo, em São Paulo, estamos discutindo o CAQ ideal, porque o CAQ é bom, eu acho o CAQ bom, mas ele é o ideal, e observamos que lá a escola de ensino fundamental deve ter um fogão industrial e a educação infantil tem que ter um forno de micro-ondas. Então, há o ideal de todos os insumos ali colocados. Ótimo! Todos nós queremos o ideal. Mas o que é possível hoje, diante do quadro brasileiro, diante do nosso financiamento?

Há cerca de 1 mês, recebi o Secretário Municipal de Educação de uma cidade no interior do Piauí, chamada Júlio Borges, e ele me disse: “*O meu FUNDEB vai todo para a folha de pagamento. Não sobra nada*”. De 11 escolas que ele tem — e é um Município de 5 mil habitantes —, sete não têm água nem luz. Mas, então, eu quero colocar água e luz nessa escola ou eu quero o CAQ ideal? Claro, eu quero o CAQ ideal! Mas, primeiro, eu preciso colocar água e luz na escola que está sem água e luz. E o financiamento tem que dar essa margem, pois, quando ele recebe o FUNDEB e paga a folha, acaba tudo, e a escola continua sem água. Mas como fica aquela criança que está numa das sete escolas rurais de Júlio Borges que não têm água, não têm banheiro e não têm luz? Como ela fica? Está tendo bom resultado?

E aí a UNESCO coloca toda uma definição de qualidade — e vou deixar a apresentação para quem quiser copiar —, que vem através do ambiente favorável de políticas públicas, do ambiente escolar favorável, do ambiente doméstico e do ambiente comunitário. Essas coisas têm que se interligar e trazer todo um padrão de qualidade. E o Brasil, às vezes, fica meio perdido. Por exemplo, estou discutindo a Base Nacional Comum Curricular. Isso é ótimo! Precisamos de uma Base Nacional Curricular Comum, mas ele é um tópico do item qualidade. Nós temos uma gama enorme de questões, inclusive de como trabalhar o entorno da escola, a violência no entorno da escola. Todas essas questões têm que ser trabalhadas, senão, não alcançamos a qualidade. Então, quando pergunto: “*Quanto vai ser o Custo Aluno-Qualidade?*”.



Por isso, acho que o Brasil deveria realizar uma discussão progressiva: vamos enfrentar e trabalhar os problemas que temos hoje, que são básicos, por exemplo, o da água e luz em 100% das escolas, incluindo todas as escolas rurais, e, aos poucos, chegar a esse patamar ideal. Enquanto ficarmos discutindo o patamar ideal, vamos deixando as escolas sem água e sem luz.

E, claro, como fonte, o FUNDEB é excelente. Ele é público. Os percentuais, claro, serão discutidos. Talvez, a União realmente tenha que entrar com um percentual um pouco maior e os Municípios tenham que conseguir mais recursos para investir na educação. Mas o importante é que a educação básica tem que ser financiada pelo público, tem que ser gratuita. Isso é o mais importante.

Hoje, a UNESCO preconiza, como parâmetros, que hoje nós devemos investir de 4% a 6% do PIB em educação ou de 15% a 20% dos gastos gerais do orçamento devem ser alocados à educação. No entanto, esses parâmetros, por serem diferentes, muitas vezes são... Por exemplo, dizem que se está investindo de 4% a 6% do PIB — e o Brasil faz isso, —: são 4,6% do PIB na educação básica e 1,2% na educação superior. Somando tudo dão cerca de 6% do PIB em educação. Tudo bem. O Brasil está fazendo isso. No entanto, talvez, precisemos mais do que isso. E por que nós precisamos mais do que isso? Porque nós temos problemas estruturais. Então, quando discutimos o financiamento, temos que discutir essas questões estruturais, que têm que ser alcançadas num determinado prazo, para depois podermos ter uma coisa mais tranquila relacionada à educação.

Então, a UNESCO traz esses parâmetros, mas não determina a fonte. Diz que se deve investir 4% do PIB, mas não cita as fontes. E o FUNDEB é uma boa fonte de financiamento. Considero o FUNDEB uma fonte bem-vinda, que deve continuar e ter caráter permanente.

Num posicionamento muito pessoal, eu acho triste que nós tenhamos que acionar uma medida provisória para colocar essa questão dentro da Constituição, para garantir efetivamente que tenhamos recursos para a educação. Mas é o jeito que o Brasil trabalha. Então, vamos continuar assim. Eu acho que, se necessário for, realmente temos que discutir isso, para incluir e tornar o FUNDEB com caráter permanente. O FUNDEB é a fonte. Mas qual é o critério? O critério é o Custo Aluno-Qualidade. E o Custo Aluno-Qualidade não está pactuado — ele ainda não está



pactuado! Apesar de ter um Custo Aluno ideal desenhado, aprovado pelo Conselho Nacional de Educação, ele ainda não está sendo implementado. E ele não está sendo implementado acredito que por alguns vários motivos. Nós temos que ir a fundo nisso sério: efetivamente, quais são os motivos por que eles não estão sendo implementados? O que é possível implementar? Como é que nós vamos também trabalhar as diferenças dentro do Brasil? Pois é diferente trabalhar uma escola aqui do Distrito Federal, como o Elefante Branco, que é uma escola pública, de trabalhar uma escola da área rural, do interior do Piauí. Como isso se dá?

Então, tenho que levar a todas essas crianças a mesma qualidade. A UNESCO ajuda a fazer essa definição de qualidade, o que é que se quer como qualidade, o que se considera como qualidade. E o primeiro tópico de qualidade na questão de infraestrutura que se coloca ali é esse padrão mínimo, ou seja, água, luz, infraestrutura, teto, chão, que é a estrutura mínima básica, que muitas escolas brasileiras infelizmente ainda não têm. Vamos olhar a realidade. Muitas escolas brasileiras não têm essa estrutura mínima! Então, temos que pensar essa questão.

Além disso, tenho também alguns dados do Custo Aluno-Qualidade comparados mundialmente. Então, o nosso CAQ, se comparado com a média da OCDE — Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, é três vezes menor, mais ou menos de 9 mil e 258 dólares. E aqui no Brasil é de 3 mil e 824 reais, dado do próprio relatório da OCDE. Então, o nosso *per capita* realmente é baixo ainda, e, com todas as nossas deficiências, obviamente temos que trazer essa questão.

Outro aspecto que eu queria trazer é um resumo do financiamento, com algumas recomendações para garantir a aprendizagem. E o primeiro ponto é o desempenho. Sistemas educacionais de sucesso colocam os resultados em primeiro lugar. Assim, pergunto aos senhores: a nossa educação está tendo resultado? O investimento que estamos fazendo hoje em educação está trazendo resultado? Acho que temos que refletir: se a nossa educação efetivamente está tendo resultado e se esses recursos estão sendo implementados da forma como devem ser.

Outra questão é a inovação. Os sistemas educacionais de sucesso desenvolvem abordagens novas e criativas para atingir seus resultados. Este é outro ponto importante: fortalecer e diversificar a força de trabalho educacional;



potencializar a questão da tecnologia de que dispomos hoje; aprimorar as parcerias não estatais, para podermos alcançar essa inovação que queremos no sistema educacional.

O terceiro ponto, uma recomendação que coloco para que realmente esse financiamento seja aplicado em aprendizagem, é a questão da inclusão. Sistemas educacionais de sucesso alcançam todos, incluindo os em maior desvantagem e mais marginalizados. Então, como é que nós temos que trabalhar o financiamento para realmente atingirmos as desigualdades que existem aqui? O nosso sistema educacional é desigual! Há dados e estudos que comprovam que o nosso sistema educacional é desigual. Então, o financiamento tem que ser pensado como um instrumento que promova a equidade dentro do sistema educacional.

Por fim, a própria questão do financiamento. Sistemas educacionais de sucesso exigem mais e melhor investimento. Para tal, deve-se: mobilizar mais e melhores recursos internos para a educação; aumentar o financiamento e sua efetividade; criar mecanismos de investimento para a educação; etc. Isso é bastante importante.

Há outro ponto aqui. O financiamento deve ser eficiente, ou seja, o recurso deve ser gasto de forma correta, sem corrupção, sem desvios, da forma como deve ser executado. Ele tem que ser efetivo, ou seja, o recurso deve ser gasto onde deveria. Então, se eu tenho escola sem luz, eu não vou colocar computador; antes, vou colocar luz, porque não adianta nada eu colocar computador numa escola que não tem luz, ou se a escola não tem Internet rápida, vou colocar primeiro a Internet rápida e, depois, o computador. Então, temos que ir melhorando progressivamente essa qualidade, investindo no que é necessário, fazendo com que o recurso seja investido de forma que traga resultados. Hoje, não avaliamos isso. Nós não estamos vendo esses resultados e, se os estamos vendo, não os estamos modificando.

Por último, a questão, que já mencionei, que é a equidade, e que repito por ser realmente muito importante: o recurso gasto, considerando as diferenças, de modo a promover a equidade.

Não sou especialista em financiamento, trabalho na UNESCO, coordeno o setor de educação. Mas a UNESCO olha um pouco essa questão. E ela disponibiliza alguns documentos, em termos de financiamento, claro que em âmbito global,



alguns artigos escritos por especialistas sobre financiamento, todos disponíveis a vocês aqui.

E acredito que essa discussão deve amadurecer um pouco mais, para que nós façamos realmente uma renovação desse FUNDEB de forma que seja a ideal. E também acho que devemos amadurecer bastante essa questão da implementação do Custo Aluno-Qualidade relacionado à qualidade, no sentido de realmente viabilizá-lo.

Era isso que tinha a dizer.

Agradeço muito o convite. Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Raquel Muniz) - Agradecemos à Profa. Rebeca Otero, Coordenadora de Educação da UNESCO no Brasil.

Quero saudar os estudantes do estágio-visita, que estão na nossa Comissão, em especial os de Minas Gerais, a Marta e o Danilo.

Sou a autora desta proposta de emenda à Constituição. Quando cheguei a esta Casa, há pouco mais de 2 anos e meio, deparei com o FUNDEB, que é uma política pública presente no Brasil inteiro que tinha prazo de encerramento: 2020. Fiquei assustada com isso, já que, em todas as discussões que temos feito aqui na Comissão, há a concordância — e até quero ouvir a Lisete e a Rebeca a esse respeito — de que o FUNDEB tem que ser definitivo.

Para isso, foi necessário elaborarmos essa PEC, que foi inicialmente aprovada na Comissão de Educação e seguiu para a Comissão de Constituição e Justiça, onde foi aprovada. E o Presidente instalou esta Comissão Especial, para que nós pudéssemos discuti-la. O Presidente é o Deputado Thiago Peixoto, que estava aqui mais cedo, e a Relatora é a Professora Dorinha Seabra Rezende. Hoje, estou na Presidência, conduzindo esta importante audiência pública.

Concedo a palavra ao Deputado Pedro Fernandes, que está presente no plenário da nossa Comissão, e, em seguida, às nossas painelistas Lisete e Rebeca, para suas considerações finais.

O SR. DEPUTADO PEDRO FERNANDES - Quero cumprimentar a Deputada Raquel Muniz e os palestrantes.

O FUNDEB tem um papel muito importante, pois realmente deu um novo rumo à educação, mas ele precisa se tornar uma política permanente. Eu tenho só



uma restrição ao FUNDEB. Eu sei que o FUNDEB vem atender a toda a estrutura da educação e, se não alcançar aquele teto, ajuda o Estado. Mas a maneira de se dimensionar a receita do FUNDEB é o *per capita* por aluno. E o que vejo nos Municípios? Vejo que os Prefeitos têm a prioridade de aplicar o FUNDEB em escolas visíveis, como a da sede, mas, onde ela é mais visível. Eles investem naquelas escolas pagando melhor. Mas usam o *per capita* de alunos lá na zona rural. Eu acho uma injustiça tremenda! Se fosse possível nós colocarmos o FUNDEB e ele fosse aplicado no *per capita*, onde ele é dimensionado, ficaria melhor.

Vejo ainda que, quanto à escola do Município, que é visível, bonitinha, bem pintadinha e tal, eles dizem: “*Não, isso aqui foi recurso do FUNDEB. Nós aplicamos um tanto em pessoal e um tanto deixamos de fora*”. Daí, vou para o interior, onde a visibilidade vai-se ofuscando: “*Sim, mas a escola tem 100 alunos, ela contribuiu com o FUNDEB. O que é que está voltando?*”. E eles respondem: “*Ah, está voltando o dos professores*”. E, às vezes, nem volta tudo, porque está faltando ali professor. Mas, da sede, que é visível, não volta! E, Professora Raquel, se pudéssemos exigir que o percentual do *per capita* fosse aplicado naquela escola, acho que nós...

Qual é o nosso papel hoje? É oferecer educação de qualidade a todos e não só a alguns. Eu vejo a política do MEC com um propósito muito honesto: “*Vamos oferecer escola de tempo integral*”. Não há nada melhor do que isso! Mas, se estão faltando recursos, nós estamos prestigiando alguns. A minha reclamação é essa. Eu sou de um Estado em que nós vamos oferecer agora 20 escolas de tempo integral, mas vejo 490 escolas que não têm sequer o padrão mínimo de escola. É justo? Eu tenho essa dúvida. Eu acho que nós temos que melhorar o ensino como um todo.

É claro que há a elite estudantil, que sempre irá aparecer nas boas escolas. Se pegarmos os professores da melhor escola e os jogarmos em uma escola da periferia, o resultado não é o mesmo de quando estavam lá na boa escola. Está faltando alguma coisa, que eu não o que é. Mas está faltando algo.

Parabéns!

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Raquel Muniz) - Muito obrigada pela contribuição, Deputado Pedro Fernandes. Creio que a Rebeca pode comentar a indagação de V.Exa.



Nós temos aproveitado essas discussões também para aprimorar o FUNDEB. Realmente, ela colocou, com muita propriedade, sobre a falta de luz e de água, enquanto nós estamos preocupados com a incorporação tecnológica.

O SR. DEPUTADO PEDRO FERNANDES - Só 1 minutinho, Deputada. Gostaria de falar sobre essa falta de água e de luz.

Eu passei um período muito curto como Secretário de Educação e fiz um mapa do custo de cada escola. Quanto é que custa cada escola? Eu descobri que escolas pequeninhas custavam mais do que escolas grandes. Havia um desperdício terrível de energia e de água! Eu descobri uma escola que tinha 18 casas vizinhas usando a água dela, que estavam ligadas ao cano da escola. (Riso.)

E eu elaborei um programa de luz, de energia, com aquelas lâmpadas incandescentes terríveis, em que, durante o dia, podíamos colocar uma telha de vidro, trocar a lâmpada, e a economia era brutal. Então, é uma questão de gestão. Temos também que pegar parte do dinheiro do FUNDEB e aplicá-lo em gestão.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Raquel Muniz) - Há turmas multiseriadas, que não proporcionam uma educação de qualidade ao aluno. Às vezes, é necessário que a escola tenha transporte para os alunos irem para uma escola maior e realmente receberem uma educação de qualidade.

Concedo a palavra à Rebeca, para suas considerações finais. Em seguida, à Profa. Lisete.

A SRA. REBECA OTERO - Eu acredito que realmente há essas discrepâncias. Nós que andamos pelo País as vemos, em especial na área rural, nas Regiões Norte e Nordeste. Quando pensamos no financiamento, nós temos que levar em consideração essas questões: como vamos fazer essa equidade, como vamos oferecer uma educação de qualidade a todos os brasileiros?

E os resultados têm que ser avaliados constantemente, mas não somente o fluxo e a aprendizagem, como faz o IDEB. Quando vejo uma escola que tem um excelente IDEB, mas não é inclusiva, para mim, já é um fator a ser discutido. A escola no Brasil tem que fazer a inclusão, porque nós temos desigualdades muito grandes e um contingente ainda grande de pessoas que estão excluídas do sistema educacional: deficientes, indígenas, quilombolas, pessoas que vivem em área rural.



Além do que os meninos saem das escolas antes de completar o ensino fundamental. Nós temos de recuperar isso. Nós temos um contingente enorme em EJA — Educação de Jovens e Adultos, que cresce cada vez mais. Os alunos entram na educação básica, mas, se não conseguem finalizá-la a tempo, eles viram alunos de EJA. É isso que acontece. Então, como alcançar essa equidade?

Quando pensamos em financiamento, não podemos pensar em dividi-lo entre os 27 Estados ou entre os 5 mil Municípios, não! Eu tenho que pensar as questões de equidade, o que não é simples. Por isso, acho que temos que amadurecer essa discussão, para que nela possamos incorporar a equidade e a inclusão. Vejo assim essa esta questão.

Essas as minhas considerações finais. Agradeço por poder participar.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Raquel Muniz) - Com a palavra a Profa. Lisete Regina.

A SRA. LISETE REGINA GOMES ARELARO - Deputado Pedro Fernandes, há uma questão que é complicada: a escola pequena custa mais caro, necessariamente. Essa foi uma razão que fez com que, de ponta a ponta no Brasil, as escolas rurais desaparecessem. Hoje, nós temos realmente a busca de economia de recursos, a busca de escolas-sede, para onde levamos a criança desde muito pequeninha. Esse é o problema.

Depois, em geral, podíamos transportar a criança da 5^a série, hoje 6^a série, em diante, porque ela era maior. Mas hoje, no Brasil, desde a pré-escola, a criança fica em escolas maiores, por conta do custo. Essa é uma questão que temos que repensar, porque, às vezes, há um custo maior, que tem que valer a pena. Isso significa a frequência das crianças, significa a possibilidade real de a criança frequentar a escola.

O SR. DEPUTADO PEDRO FERNANDES - Desculpe-me, mas, quando eu falei que escolas pequenas são mais caras, não levei em consideração os recursos humanos. Falei do desperdício dos recursos materiais, como a energia. Por exemplo, não se pode deixar uma escola com a luz acesa dia e noite. Isso porque elas não são visíveis, e a turma deixa pra lá.



A SRA. LISETE REGINA GOMES ARELARO - Sim. Tudo bem. O senhor tem razão. Acho que é necessária a educação do povo brasileiro. Nós temos um problema real: as pessoas acham que não se precisa cuidar do que é público. Elas apagam a luz de casa, mas não apagam a luz do local em que trabalham. Enfim, os cuidados que a pessoa tem em casa não transfere para o que não é dela. Essa deveria ser uma campanha nacional para ser exibida pela televisão, em horário nobre. Seria bom que isso acontecesse.

E, Rebeca, eu fico preocupada ao ver a UNESCO fazer a pergunta: a nossa educação está trazendo resultados? E quanto ao desempenho? Podemos fazer essa pergunta, mas, no Brasil, nós supervalorizamos o IDEB e as provas nacionais como únicos critérios. Antes, era um critério. Hoje, é o único critério que decide e trata do desempenho das crianças, dos jovens e dos professores. Atualmente, há 11 Estados adotando critérios de gratificação aos professores pelo desempenho dos alunos.

Eu tenho um pouco de medo disso. Primeiro, nós sabemos que 70% do “sucesso” — entre aspas — das boas notas têm muito mais a ver com as condições socioeconômicas do que propriamente com as condições educacionais e pedagógicas. Digo isso porque a UNESCO tem uma legitimidade que lhe permite qualificar o que isso significa.

Obviamente, não quero aqui polemizar. Sei que há várias propostas que até dizem para aprimorar as parcerias estatais para viabilizar a inovação. Diria que há essa inovação de os empresários estarem se metendo na educação, mas eu os quero longe das escolas. Por favor, deixem as escolas trabalharem em paz, porque ali há muita vida inteligente! Há muita coisa boa acontecendo nas escolas públicas do Brasil, e precisamos valorizá-las. Eu sempre penso que todo dia, às 5h30min, os professores do Brasil estão se levantando para estar, às 7 horas, em ponto, em suas escolas. Então, merecem a nossa medalhinha pelo salário que eles recebem.

E gostaria de lembrar que temos um problema, Deputada: a questão de valorização dos profissionais não é uma coisa qualquer. Na USP, hoje ainda a maior universidade pública do Brasil, já temos vagas nos cursos de licenciatura, porque efetivamente a juventude não se interessa mais em ser professor. Nunca houve essa situação no País. Ao contrário, ser professor sempre foi estimulante,



interessante, havia dignidade. Hoje, é uma profissão absolutamente desqualificada, publicamente. Só se fala mal do professor, que ele é atrasado, que não é inovador, que está mal preparado, que falta professor na escola, etc. Com o salário que ele recebe e pelo que ele faz, mereceria medalhinha a todos eles. Mas não quero entrar nesse mérito.

Quero dizer, Deputada Raquel, que achei a reunião bem interessante. Inclusive, no primeiro momento em que a senhora propôs a PEC, eu achei que ela não passaria, já que, do ponto de vista histórico — e acompanhamos isso desde o FUNDEF —, há um entendimento, especialmente do STF, de que a vinculação da vinculação seria desaconselhável, seria — entre aspas — “ilegal” no Brasil. Depois que se faz a vinculação dos 18%, não se pode fazer essa nova vinculação. Sei que havia uma ação, que eles estavam discutindo o mérito, mas nunca se pronunciaram a respeito. Acho também que a sua PEC gera exatamente uma discussão nessa direção. E eu nem era defensora de política de fundo; hoje o sou, porque efetivamente constatamos que alguma equidade vem sendo feita no Brasil: os mais pobres estão recebendo um pouco mais de recurso e têm podido fazer melhor suas tarefas e suas obrigações.

Nós precisamos dar mais atenção para o que os Estados estão fazendo. Em geral, viemos aqui falar do Prefeito “x”, “y”, “z”. Não quero defender Município, mas quero dizer que constatamos que é difícil apontar um Estado que efetivamente gastou, e que gastou corretamente, os recursos que deveriam ir para a educação.

E acho importantíssima essa questão que o senhor levanta. Vou lhe dizer, como estudiosa que sou do assunto: nós não temos nenhum trabalho, e nenhum estudo foi feito, que mostre para onde vão os recursos do FUNDEB. O Paulo Sena constata exatamente isso numa nota técnica dele muito interessante. Ele até se pergunta se o dinheiro diferenciado que é destinado para a creche e para a educação especial realmente está sendo aplicado. Não podemos dizer hoje aqui, em sã consciência, que alguns estudos mostraram tal coisa. É uma sugestão. Vamos propor ao grupo a possibilidade de se fazer um trabalho desses, ou mesmo um estudo de caso, que possa ser discutido com os Prefeitos, já que em geral os nossos trabalhos têm sido feitos com o aval do Prefeito, para que ele saiba que não estamos lá para denunciá-lo. Se ele abrir as contas e contar de verdade o que está



fazendo, podemos até ajudá-lo. Quanto à sua sugestão de estudo, é verdade que não existe, e, talvez, possamos começar a fazê-lo.

Muito obrigada pela oportunidade.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. LISETE REGINA GOMES ARELARO - É uma provocação, viu, Rebeca?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Raquel Muniz) - Com a palavra a Profa. Rebeca.

A SRA. REBECA OTERO - Vou responder à provocação. (Riso.)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Raquel Muniz) - Isso esquenta o debate.

A SRA. REBECA OTERO - O que eu quis dizer é que o IDEB é um bom indicador, mas ele mostra fluxo e aprendizagem. Temos também que analisar as questões da inclusão e da equidade. Isso é muito importante. Ocorre que há uma escola com o IDEB de 2,5% que foi superinclusiva, ela incluiu aluno com deficiência e alunos que estavam fora da escola, ela foi atrás e fez um trabalho nesse sentido. E, no IDEB, isso muitas vezes não aparece. Claro, o IDEB é um bom indicador de fluxo e aprendizagem, devemos continuar com o IDEB, no entanto, temos que pensar também em outros indicadores. Já estamos pensando também, em âmbito internacional, em indicadores que trazem essa questão da inclusão e da equidade. O próprio INEP — Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anízio Teixeira já vem pensando em trabalhar com inclusão.

Eu vejo um pouco isso. Não estou me colocando contra o IDEB, ao contrário, o IDEB é um bom indicador, e acho que deve continuar. Entretanto, se realmente queremos alcançar, conforme assinamos os Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis da ONU, uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade, então nós temos que pensar em indicadores para avaliar isso, e não é exclusivamente o IDEB.

Eu vejo essa questão com preocupação, porque, quando não temos nenhum indicador e não vamos atrás de avaliar se estamos sendo inclusivos ou equitativos no nosso sistema educacional, acabamos deixando de lado coisas que não deveriam ser deixadas de lado. É essa a preocupação.

É claro também que os nossos professores fazem milagre. Mas temos que estar cientes — e eu sou brasileira —, temos que entender que o nosso sistema



educacional tem um problema de qualidade muito grande e temos que enfrentá-lo. O primeiro ponto é admitir o problema. Se admitirmos o problema realmente, nós o enfrentamos. Vamos tentar ver quais são os pontos, os nós críticos, o que está fazendo com que essa qualidade caia. E aí temos que fazer uma avaliação mais adequada, com os dados já existentes, com todos os parceiros.

Acho que é isso.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Raquel Muniz) - Agradecemos às Profas. Rebeca e Lisete.

Registro a presença da nossa Relatora, a experiente Professora Dorinha. V.Exa. gostaria de se manifestar? (Pausa.)

Com a palavra a Professora Dorinha.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Bom dia! Só quero agradecer a todos a presença. Nós estamos numa sequência de audiências públicas com um debate extremamente estratégico, considerando todo o contexto, principalmente as questões dos gastos públicos, dos investimentos, dos nossos resultados, da necessidade de um investimento maciço na formação e valorização do profissional da educação, mas também na busca de resultados. E não podemos nos esquecer de que há um Plano Nacional de Educação para ser cumprido, que é o nosso norte, com todos os avanços e pontos que gostaríamos de melhorar. Mas nós temos um norte independente de qualquer condição política: é o Plano Nacional de Educação, que tem mandos muito claros.

E quero reforçar essa ideia da contribuição em aberto. Assim que avançarmos na produção e na tentativa de construção de textos, gostaria que vocês nos recebessem e nos ajudassem nesse processo.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Raquel Muniz) - Agradecemos à nossa Relatora, a Professora Dorinha.

Antes de encerrar, eu gostaria de dizer que o assunto FUNDEB/Educação permeia várias Comissões da Casa, desde a Comissão Permanente de Educação, como esta Comissão Especial, que discute tornar o FUNDEB perene. Contudo, esta semana, fomos surpreendidos com a notícia de que as Prefeituras de Minas Gerais



vão receber 500 mil reais para investir em educação, como o Vale do Jequitinhonha, graças a um acordo inédito com a AGU. Os recursos vão entrar nos cofres dos Municípios. O dinheiro do FUNDEF, que é anterior ao FUNDEB, será totalmente destinado para a área de educação, que inclui reforma de escola e transporte de estudantes. Então, queria aproveitar esta Comissão para fazer esse registro.

Agradeço ao Deputado Pedro Fernandes, à nossa Relatora Professora Dorinha, às painelistas de hoje, Lisete Regina e Rebeca Otero, à nossa Consultoria Legislativa e aos alunos do Programa Estágio-Visita, em especial a Marta e o Danilo, que são de Minas Gerais, o meu Estado.

Agradeço a presença de todos os que estiveram aqui hoje, inclusive do nosso Presidente, o Deputado Thiago Peixoto, que muito contribuíram com os trabalhos. Como não há quórum regimental, a Comissão não pode deliberar sobre requerimentos.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião, convocando reunião ordinária, para o dia 29 de junho, às 9h30min, conforme pauta a ser divulgada.